

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Diário do Povo*

Class.: 284

Data: 5 de Março de 1989

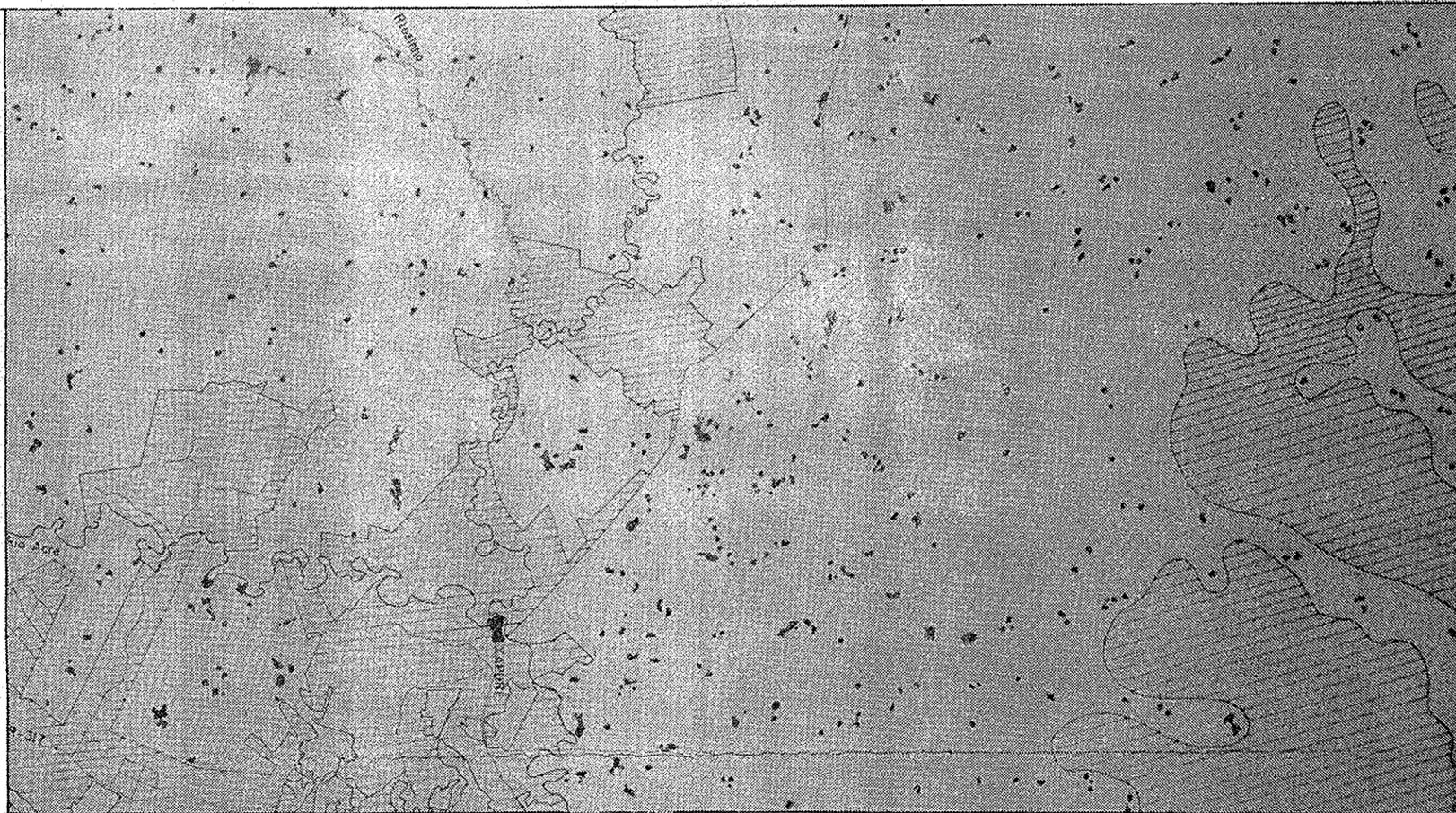
Pg.: _____

LILIAN PRIMI

Kararaô, Kayapó-Xikrin, Araras, Xingu, Juruna. Estes nomes começam a surgir nas reuniões de cúpula das financeiras internacionais, onde são avaliados os empréstimos para o Brasil, e a incomodar mais que o desejado as autoridades brasileiras. A polêmica em torno da construção da hidrelétrica do Xingu, chamada de "Complexo Altamira", já provocou até a proposta de internacionalização da Amazônia — "o governo brasileiro não tem competência para proteger um patrimônio como este, que é de toda a humanidade" —, e uma reunião — a de Altamira — que reuniu índios do Brasil e de vários outros países e intimidou o presidente da Eletronorte, empresa responsável pela construção. No meio da polêmica, pesquisadores do CNPDA/Embrapa (Centro Nacional de Pesquisa de Defesa da Agropecuária), de Jaguariúna, conseguiram dimensionar o conflito, definindo o que é uma avaliação de impacto ambiental e quais as conseqüências deste impacto.

O projeto — que levou um ano e meio para ser concluído — integra o dossiê que deu o embasamento científico para a reunião de Altamira (totalmente organizada pelos índios), e foi desenvolvido com a ajuda de um complexo sistema de satélites e computadores, adquiridos pelo CNPDA com recursos gerados pelo próprio órgão. Sem sair da sala dos computadores, a equipe, coordenada por Evaristo Eduardo de Miranda, conseguiu prever o desaparecimento de 101 lagos de ilha, 14,4 mil hectares de terraços, 784 quilômetros de igarapés e o aumento de 15,5 mil hectares ocupados pelo rio principal para 24,1 mil hectares. "Nós escolhemos apenas quatro pontos do local entre as barragens de Kararaô e Babaquara, e fomos só até os primeiros índices que compõem a metodologia de avaliação de impacto ambiental para obter os resultados publicados no dossiê", explica Miranda.

O pesquisador diz que a intenção do projeto não era fazer todo o estudo de avaliação do impacto. "Isto é de



Os pequenos pontos marcados no mapa do CNPDA mostram a localização de cada uma das famílias de seringueiros na região de Xapuri

Embrapa avalia "Complexo Altamira"

competência da Eletronorte, subsidiária da Eletronorte, que atua na região Norte do País, e responsável pela obra", afirma. O objetivo foi mostrar que este tipo de estudo é viável e, nas entrelinhas, que o projeto de "impacto social" elaborado pela Eletronorte está muito aquém do ideal. A primeira crítica é direcionada às operações chamadas "Curupira", que transferem os animais do local a ser inundado para outro. "Estas transferências podem provocar um desastre também na região escolhida para soltar os animais.

Todos os milímetros de uma floresta estão ocupados", explica Miranda.

O dossiê e a linha de trabalho de Miranda, pesquisador formado em Ecologia, reivindica um processo de decisão

mais democrático na hora de se planejar grandes obras como esta. "Quem disse que o rio Xingu deve servir à Eletronorte? Um rio tem múltiplos usos, pode servir ao transporte fluvial, à pesca e a uma infinidade de outras atividades. O que nós queremos é saber até onde a construção das hidrelétricas é a necessidade mais urgente, e se justifica os danos que serão provocados", afirma. Para Miranda, o Brasil entra em uma terceira fase no que diz respeito à relação com os recursos naturais do País.

"Passamos pela ocupação via rios, para atividades extrativistas, depois com a estradas, que provocaram devastações grandes e, agora, inicia-se um processo que procura ser mais ordenado e mais racional", afirma.

O governo atual — segundo Miranda — não está mais que tentando administrar a inércia das forças devastadoras criadas pelos governos anteriores, a começar por Ernesto Geisel. "O problema não está no Amazonas, e sim nas regiões Sul e Sudeste. Enquanto não houver alternativas de vida melhores nas regiões mais desenvolvidas do País, as florestas do Amazonas continuarão a ser devastadas", explica. Entre os desafios que o atual

governo tem que enfrentar, segundo Miranda, está a definição de uma forma de proteger os 90% da floresta ainda intocados, e conseguir esfriar as queimadas nas áreas de fronteiras agrícolas. "São locais de tensão social muito intensa", explica. E ainda os grandes areões, legados da devastação.

"É preciso integrar estas áreas devastadas à economia, recuperá-las", explica.

Todos estes desafios de-

vem ser enfrentados com a cooperação dos países mais desenvolvidos, via recursos, mas sempre mantendo a soberania nacional, segundo o pesquisador. "Mas para isso é preciso dispor de projetos viáveis e eficientes, o que está em falta no Brasil", explica. Segundo Miranda, o governo brasileiro abriu a possibilidade da proposta de internacionalização quando pediu recursos e auxílio, sem apresentar a proposta de trabalho.

Áreas de conflito identificadas

Na esteira do debate sobre preservação do meio ambiente está ainda os conflitos de áreas onde se defrontam, além dos índios, populações que vivem do extrativismo, grandes criadores de gado e pequenos produtores recentemente assentados. Esta situação no Acre levou ao assassinato do líder sindical e ambientalista Chico Mendes, no final do ano passado, o que desencadeou uma

reação internacional. O CNPDA (Centro Nacional de Pesquisa de Defesa da Agropecuária), através do Laboratório de Teledetecção Espacial, está iniciando um projeto que poderá projetar futuras ocupações e identificar as áreas de maior conflito. Evaristo Eduardo de Miranda, coordenador do laboratório, já tem pronto um mapa que dá a verdadeira dimensão destes conflitos. "O satélite conseguiu identificar e localizar cada uma das famílias de seringueiros que trabalham na mata fechada, e ainda as demais ocupações", explica Miranda.

Onde se imagina uma mata virgem com muito espaço, o mapa do CNPDA mostra com precisão a intensa ocupação de praticamente toda a área ao redor de Xapuri, o município onde se concentram os conflitos. "Se fizessemos contornos em cada um dos pontos — clareiras — assinalados na foto teríamos a área destinada à coleta de cada uma das famílias", explica Miranda. Além disso o satélite registrou a existência de um outro tipo de floresta próximo à região, aparentemente não ocupado pelos se-

ringueiros. "São matas de uma espécie rara de bambu. Por isso, não estão ocupadas", explica.

O projeto do CNPDA pretende fazer uma avaliação das condições ecológicas de cada área do Estado do Acre, definir todas as atividades econômicas que estão em desenvolvimento ou a caminho destas áreas e os impactos que vão provocar. "Nós vamos

conseguir uma gama de informações muito grande, capaz de subsidiar a tomada de decisões na área com o mínimo de senso de realidade", explica Miranda. O projeto está na fase de mapeamento, com a área em torno de Xapuri em fase final de acabamento. "A visão das clareiras assusta até as pessoas que trabalham intensamente no local", afirma Miranda.

Computador mostra as dimensões

O impacto ecológico de uma hidrelétrica é provocado basicamente pela inundação de grandes áreas, para formação dos lagos artificiais que garantem a vazão necessária para o funcionamento das turbinas. A barragem feita em um determinado ponto do rio serve para segurar a água, e no caso das barragens de Babaquara e Kararaô, que formam o Complexo Altamira, estas barragens teriam paredes e diques num total de quase 70 quilômetros, com volumes de aterros e de entroncamentos de mais de 200 milhões de metros cúbicos segundo o trabalho de Oswaldo Sevã, pesquisador do Instituto de Geociências da Unicamp, que também integra o dossiê do Xingu. "O complexo seria até maior que Itaipu", diz o pesquisador. Os maiores paredões já feitos são os de Ilha Solteira e de Itaipu, com 30 milhões de metros cúbicos.

Estas barragens vão deixar submersos, segundo Evaristo Eduardo de Miranda, ecólogo da CNPDA (Centro Nacional de Pesquisas de Defesa Agropecuária), com sede em Jaguariúna, um universo tão imenso quanto as barragens. "São cerca de 30 habitats diferentes, onde vivem milhões de espécies. Em países de clima temperado, o número de habitats nunca ultrapassa uma dezena", afirma Miranda. E em alguns casos, como nos lagos que se formam em ilhas de meio de rio, as espécies não conseguiriam sobreviver em outro local. "As espécies que usam estas lagoas para reprodução precisam de segurança e condições específicas geradas pelo meio — não há acesso para predadores nestas praias no meio de uma ilha —, que

não poderiam ser criadas pelo homem", explica.

Para definir todas estas situações, Miranda usou vários tipos de satélites, que enviam imagens de todo o País com uma determinada frequência para os computadores instalados em Jaguariúna. "Um software específico decodifica a imagem, através de símbolos e cores, e nós construímos um mapa sobre estas imagens com um nível de detalhes muito grande", explica. Excursões até a área iriam confirmar as informações enviadas pelo satélite, e ainda acrescentar outras mais específicas. "O número de habitats poderia crescer com as excursões locais", explica.

O computador fornece ainda, a partir de dados técnicos sobre o tamanho, localização e vazão estimada do rio, a área que será inundada. "Como temos o mapa da região, podemos definir com precisão, por exemplo, quais tribos afetadas, e quanto de sua reserva ficaria embaixo da água", explica Miranda. Segundo o dossiê, os danos a populações ribeirinhas, habitats regionais e tribos indígenas estão subestimados no relatório elaborado pela Eletronorte para fins legais.

Alternativas de investimento

A contribuição de Oswaldo Sevã, da Unicamp, ao dossiê foi definir quem utiliza energia elétrica no País, quanto será investido no Complexo Altamira e o que daria para fazer com estes recursos. São as chamadas "alternativas de investimentos", uma discussão que não foi levada a público pela Eletronorte, mas

que com necessidade de aprovação pela Câmara do projeto, definida pela nova Constituição será obrigatória. As avaliações do professor sobre o custo do Complexo Altamira — envolvendo as barragens de Kararaô e Babaquara, que produziriam cerca de 13 mil megawatt, chegaram à cifra de US\$ 25 bilhões.

Com menos de US\$ 25 bilhões foi construído o maior gasoduto do mundo, que vai da Sibéria Ocidental (União Soviética) até a Europa, com 80% situado em território soviético. O custo deste gasoduto, divulgado em 1979, era de US\$ 10 bilhões. No âmbito social, um investimento de US\$ 25 bilhões significaria o assentamento de 4 a 5 milhões de trabalhadores rurais. Com US\$ 10 bilhões a menos, seria possível construir e entregar cerca de 2 milhões de residências urbanas de padrão médio com uma área de 100 metros quadrados cada uma. E com um recurso ainda menor — de US\$ 7 bilhões — o Governo poderia pré-fabricar e construir cerca de 5 milhões de casas populares com 50 metros quadrados de área cada uma e sem acabamento.

Sevã ressalta que as estimativas foram feitas a partir de dados fornecidos pela Eletronorte, muitas vezes incompletos, e que consideram as variáveis dos juros do financiamento, que podem ser calculados de diversas formas. Nas estimativas do pesquisador, o investimento necessário para o Complexo Altamira é de US\$ 25 bilhões para cima, e nos cálculos da Eletronorte, até ficar em US\$ 10 milhões ou mais.